



ANO 15 Nº 1
Janeiro de 2006

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

O pesadelo blindado

A crise política provocada pelas ilegalidades envolvendo o PT marcou o ano recém-encerrado. Enquanto a imagem do Governo se desgastava, a população era advertida da necessidade de impedir-se que a crise afetasse a economia, posição compartilhada pelo próprio Presidente da República. Lugar especialmente suscetível a rumores ou crises, que dão oportunidade a lances especulativos e seus ganhos, os mercados financeiros permaneceram indenes à tensão política, passando, intrigantemente, um ano quase tedioso.

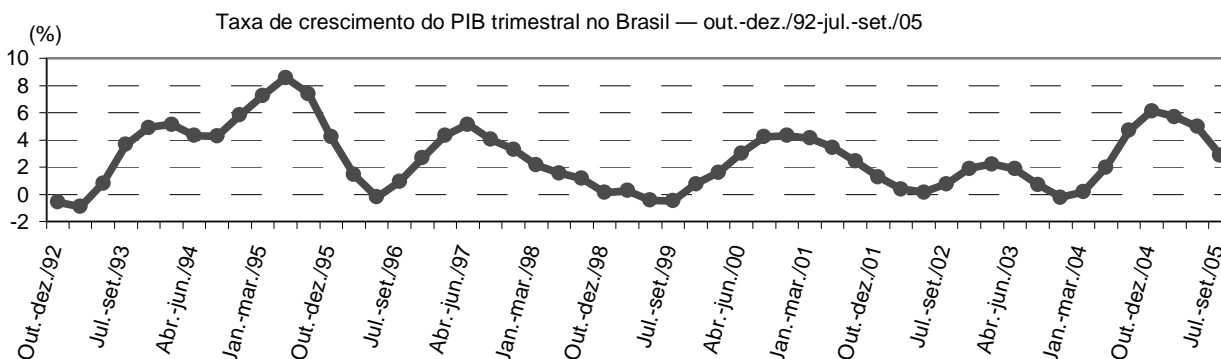
Ao mesmo tempo, os economistas da Fazenda e do Banco Central perseguiram suas duas obsessões: o superávit primário máximo e a inflação mínima. Sua atitude inflexível chegou ao ponto de propor a um governo acuado pela crise que assumisse um compromisso legal de redução de despesas a longo prazo, para garantir a dívida pública e a autonomia da política monetária. A sugestão foi bem acolhida pelas vozes das finanças, pois, em sua opinião, consolidaria a blindagem da economia, segurança de crescimento sustentável no futuro.

As mesmas personagens revelaram-se surpresas com os dados do PIB do terceiro trimestre, os quais, como mostra o gráfico, exacerbaram um processo de desaceleração iniciado no começo do ano. A reação foi um debate acerca da prescrição terapêutica dos economistas do Governo, que, sem questionar o remédio — juros altos e gastos comprimidos —, pondera acerca do acerto da dose ministrada. A pobreza dessa discussão é reveladora do círculo vicioso em que está presa a economia brasileira há cerca de 10 anos. Entre o câmbio fixo do Plano Real e as metas de inflação inauguradas em 1999, o País está dependente do ingresso de capitais, seja para equilibrar o balanço de pagamentos, mantendo o câmbio apreciado no primeiro caso, seja para valorizar a moeda

no segundo — movimento que, sabidamente, provoca deflação no mercado interno. Para garantir esse ambiente, a taxa de juros vem sendo mantida sempre acima dos 10% reais. Em razão dessa taxa elevada, a dívida pública cresce continuamente, em que pese inexistirem déficits primários há 15 anos.

Desde 2000, a cena internacional tem-se mostrado especialmente favorável a países que, como o Brasil, são atraentes para o investimento estrangeiro e são grandes exportadores. Mesmo assim, o gráfico mostra curtos ciclos de crescimento, que logo se revertem. Apenas a amplitude do último foi maior. Mesmo o desempenho extraordinário das exportações não foi capaz de sustentar o crescimento diante da contenção da taxa de investimento, sempre abaixo de 20% do PIB, e da debilidade do consumo interno.

Essa semi-estagnação é resultado da combinação câmbio valorizado, juros elevados e grandes superávits públicos — que deprimem todas as fontes de crescimento da demanda —, por sua vez, provocada pela timorata preocupação antiinflacionária do Governo. Não é um problema de dose, mas da lógica que rege a política econômica e que tudo subordina ao imperativo da valorização da moeda nacional, soldando uma aliança entre a inflexibilidade com que as autoridades econômicas implementam sua política ortodoxa e os interesses do capital financeiro e seus sócios, acomodados na posição de auferir rendas. A economia, para eles, permanece blindada. Até aqui, diferentemente do que aconteceu em países submetidos a um arranjo macroeconômico similar, como a Argentina, a estrutura produtiva brasileira tem conseguido, à semelhança do pesadelo de Sísifo, carregar o peso do rentismo que lhe obsta o crescimento. A tarefa interminável é o outro lado do apetite insaciável das finanças.



FONTE: IBGE.

NOTA: Média móvel anualizada.

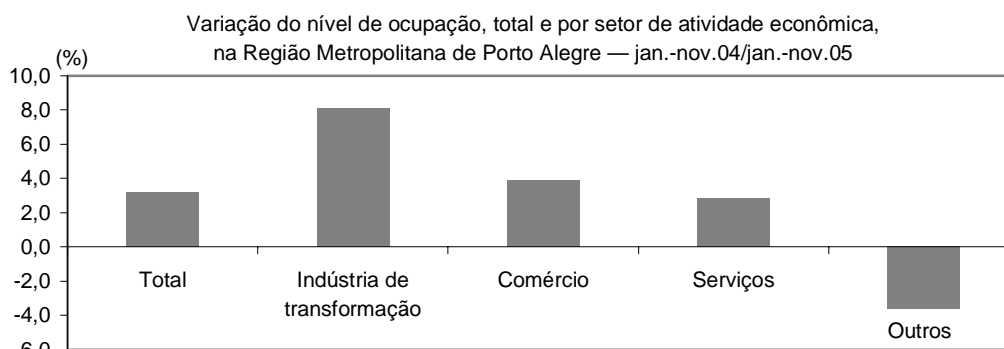
Luiz Augusto E. Faria (FEE/CEES)

Desempenho setorial da ocupação na RMPA mostra-se diferenciado

Pode-se considerar que ocorreu um crescimento moderado do nível de ocupação na RMPA, em 2005. Assim, comparando-se o período jan.-nov./05 com o período jan.-nov./04, constata-se que a ocupação total cresceu 3,2%. Quando se examina o comportamento da ocupação no âmbito dos principais setores de atividade econômica, nessa mesma base comparativa, podem-se identificar desempenhos diferenciados. A melhor *performance* foi a da indústria de transformação, com um crescimento de 8,1% do seu nível ocupacional. Os setores comércio e serviços também tiveram desempenhos favoráveis, com variações positivas de 3,9% e de 2,8% dos seus estoques de ocupados respectivamente. O destaque negativo foi o agregado outros — que reúne a construção civil, os serviços do-

mésticos e outras atividades —, com uma queda de 3,6% em seu nível de ocupação.

Esses desempenhos diferenciados da ocupação nos setores contribuem para explicar o aumento do emprego com carteira de trabalho assinada (9,2%) e a redução do emprego sem carteira (-5,4%), na RMPA, na comparação de jan.-nov./05 com jan.-nov./04. Isto porque a indústria de transformação, que apresentou a melhor *performance* em termos de geração de ocupação, possui um grau maior de formalização das relações de trabalho comparativamente ao agregado outros, que se destacou negativamente em termos de destruição de postos de trabalho e no qual há maior incidência de relações de trabalho não regulamentadas.



FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Outros inclui a construção civil, os serviços domésticos e outras atividades.

Raul Luís Assumpção Bastos (FEE/CPED)

O desempenho socioeconômico dos novos municípios gaúchos

Com a divulgação, em 2005, dos resultados do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) referentes ao ano de 2002, fez-se possível analisar a situação socioeconômica dos 29 novos municípios gaúchos criados em 2001.

Os municípios criados em 2001 eram todos predominantemente rurais e pouco populosos. Quando analisados segundo o Idese, verificou-se que todos, antes da emancipação, eram localidades socioeconômica e economicamente deprimidas em seus municípios de origem. A exceção era Tio Hugo, que, em 2001, possuía um Idese de 0,638, superior a 0,596, o Idese do seu principal município de origem, Ibirapuitã.

Contudo, no período pós-emancipação, esses municípios tiveram bom desempenho, quando comparados ao Estado. A taxa de crescimento corrigida do Idese foi superior à do Estado, no período 2001-02, em 25 dos 29 novos municípios. Além disso, a média de crescimento nos novos municípios (2,4%) foi superior à evolução do Estado no período (1,0%).

O destaque positivo foi o Município de Pinhal da Serra, que cresceu 8,3%, enquanto o seu município de origem, Esmeralda, cresceu 1,4%. O destaque negativo foi o Município de Mato Queimado, que apresentou uma queda de 0,6% no período, ao passo que seu município de origem, Caibaté, aumentou 0,8%.

Salienta-se, no entanto, que esse bom desempenho só poderá ser confirmado (ou refutado) quando se dispuser de um período maior para análise.

Estatísticas da taxa de crescimento corrigida do Idese segundo os novos municípios e o Estado — 2001-02

ESTATÍSTICAS	NOVOS MUNICÍPIOS	ESTADO
Crescimento mínimo (%) ...	-0,6	-
Crescimento máximo (%) ..	8,3	-
Média (%)	2,4	1,0
Número de municípios com crescimento inferior ao do Estado	12	-
Número de municípios com crescimento superior ao do Estado	15	-

FONTE: FEE/CIE.

NOTA: Taxa de crescimento corrigida em função do potencial de evolução (ou involução) do índice. Em uma situação em que o índice cresce, por exemplo, de 0,6 para 0,8, a taxa de crescimento corrigida seria igual a 50%, visto que o índice aumentou 0,2 de 0,4 ainda possíveis de crescimento até atingir o limite superior (um).

Rafael Bernardini Santos (FEE/CIE)



Tenha acesso a esta e a outras publicações em nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta de Conjuntura FEE

Carta de Conjuntura - Ano 15 nº 1

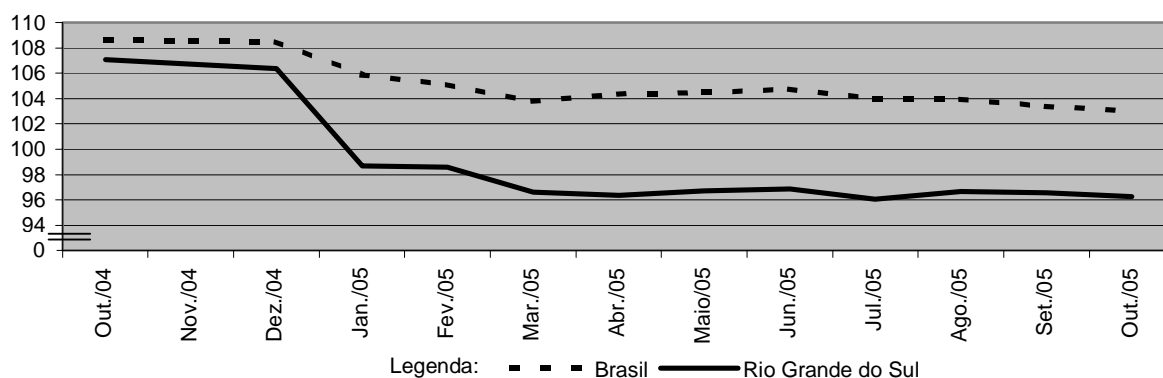
Indústria gaúcha novamente em estado de alerta

Os índices acumulados de produção física, segundo a PIM-IBGE, revelam que a indústria de transformação brasileira fechou o ano de 2004 com resultado positivo (8,5%). Esse desempenho, no entanto, não se manteve em 2005. Já no mês de janeiro, observou-se uma redução da taxa de crescimento para 5,87%, demarcando o início de uma trajetória descendente, que se confirmou até o mês de outubro, quando essa taxa alcançou 3,0%. No RS, a retração da produção industrial foi bem mais acentuada, verificando-se taxas negativas a partir de jan./05 (-1,33%), que se aprofundaram até out./05 (-3,76%). Nessa comparação, nitidamente desvantajosa para a indústria gaúcha de transformação, vê-se repetido o comportamento observado no primeiro semestre de 2004.

A explicação para esses resultados possui alguns elementos comuns para o Brasil e para o Rio Grande do Sul. Por exemplo, a questão cambial atuou negativamente sobre o de-

sempenho dos segmentos exportadores brasileiros e gaúchos. Em ambos os casos, a manutenção dos juros altos influenciou a retração dos investimentos, e o baixo nível de consumo interno inibiu o crescimento do setor de bens de consumo não duráveis. As particularidades da indústria gaúcha situam-se, principalmente, na maior importância relativa dos setores exportadores para a economia do Estado. Esse aspecto é ilustrado pela indústria calçadista, que se destacou negativamente pelo fechamento de empresas e pela demissão de trabalhadores. Em termos numéricos, os piores resultados (PIM-IBGE) foram assinalados pelos segmentos de máquinas e equipamentos (-19,24%) e outros equipamentos de transporte (-11,06%), ambos sofrendo os efeitos dos juros altos, bem como da queda das encomendas, causada pela seca que perdurou até os primeiros meses de 2005.

Evolução do índice acumulado de produção física industrial para a indústria de transformação do Brasil e do Rio Grande do Sul — out./04-out./05



FONTE: IBGE.

NOTA: O índice tem como base igual período do ano anterior = 100.

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE/CEES)

Um prognóstico para a safra de verão 2005/2006

Ao longo desta década, seis safras de verão já foram colhidas, e, destas, três sofreram perdas causadas por adversidades climáticas. Após o Rio Grande do Sul ter conquistado um novo recorde com a produção dos quatro principais grãos — arroz, feijão, milho e soja — na safra 2002/2003, totalizando cerca de 20 milhões de toneladas, as frustrações com a colheita das duas safras subseqüentes trouxeram enormes prejuízos à economia e ao agricultor gaúcho. A última safra, a de 2004/2005, ao perfazer uma produção de 10,1 milhões de toneladas com esses grãos, só foi comparável à safra de 1990/1991, igualmente um ano de grande estiagem no Estado e de pior desempenho nos últimos 17 anos.

Para a próxima safra, 2005/2006, existe a expectativa de retomada dos volumes de grãos historicamente obtidos.

Segundo o levantamento preliminar do IBGE, datado de novembro, as lavouras gaúchas, notadamente as de milho e de soja, apresentam uma tendência de crescimento, podendo atingir resultados 204% e 190% maiores dos que os apresentados na safra anterior.

A elaboração de médias trienais para os quatro principais grãos de verão revela a probabilidade de obtenção de uma safra semelhante à média do triênio de melhor desempenho, ou seja, o de 2001/2003, quando foram colhidos 17,8 milhões de toneladas desses grãos. Esse provável resultado estará fortemente associado ao aumento da área de cultivo do milho em detrimento da de soja, que vem apresentando preços baixos no mercado desde meados de 2004.

Produção dos principais grãos no Rio Grande do Sul — 2000-06

LAVOURAS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (1)
Arroz	4 981,0	5 256,3	5 486,3	4 697,2	6 338,1	6 098,0	6 064,6
Feijão	146,0	140,5	146,1	137,9	133,7	75,0	(2)86,0
Milho	3 936,2	6 134,2	3 901,2	5 426,1	3 376,9	1 485,0	4 513,8
Soja	4 783,9	6 951,8	5 610,5	9 579,3	5 541,7	2 446,6	7 106,7
TOTAL	13 847,1	18 482,8	15 144,1	19 840,5	15 390,4	10 104,6	17 771,1

FONTE: IBGE.

(1) Estimativas. (2) Feijão 1ª safra.

Elvin Maria Fauth (FEE/CEES)

O PIB da economia gaúcha em 2005

Segundo as estimativas divulgadas pela FEE, o PIB do Estado sofreu uma queda, em termos reais, de 4,8% em 2005, atingindo o valor de R\$ 152,7 bilhões. O PIB *per capita*, por sua vez, caiu 5,8%, alcançando o valor de R\$ 14,1 mil.

A taxa de 2005, considerando-se a série que tem seu início em 1985, foi superior apenas às de 1990 (-6,6%) e de 1995 (-5,0%). Com esse resultado, o desempenho do Estado será inferior ao do País pelo segundo ano consecutivo. Segundo o IBGE, o Brasil cresceu 2,6% até o terceiro trimestre do ano, enquanto o IPEA (**Boletim** de dezembro) projeta uma taxa de 2,3% para o ano.

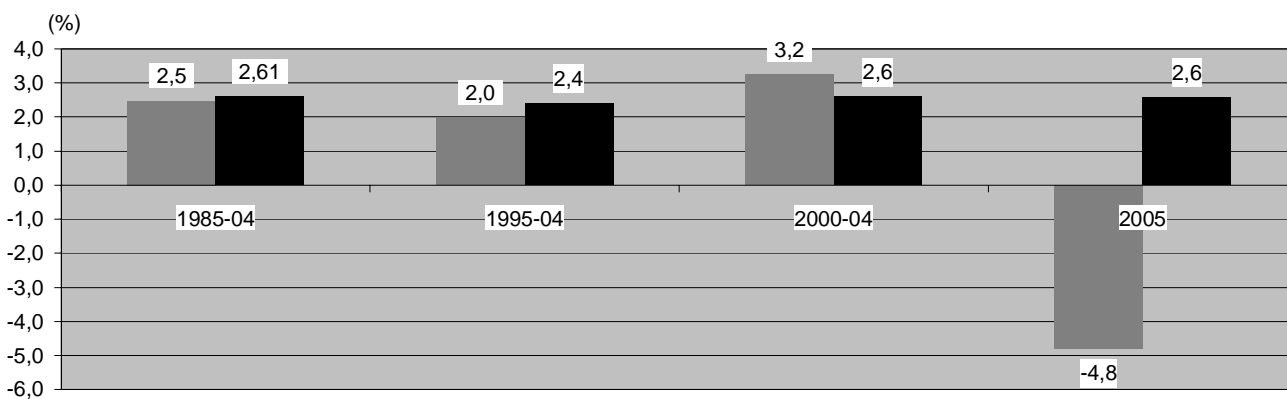
A agropecuária, com uma participação de 15,93% na economia estadual em 2004, foi o destaque negativo do ano, com uma queda estimada em 15,2%, praticamente igual à de 1991 (-15,3%), que foi a menor do período iniciado em 1985. Pelo segundo ano consecutivo, o Estado foi atingido por uma estiagem, fazendo com que o desempenho do setor fosse negativo por dois anos seguidos, fato somente registrado em 1990 e 1991. A estiagem atingiu profundamente as culturas da lavoura, levando a quedas generalizadas nas produções e nas produtividades. Das 14 culturas investigadas, 13 apresentaram queda na produção. Destacam-se, pela sua importância na estrutura da lavoura, as quedas nas culturas de milho (-56,0%), soja (-55,9%), trigo (-20,1%), fumo (-10,9%), mandioca (-8,8%) e arroz (-3,7%). É importante destacar que, diferentemente das demais, as quedas nas culturas de trigo e de arroz foram de-

correntes das reduções nas áreas colhidas. Para a produção animal, a FEE estimou um crescimento de 1,2%.

A indústria, com uma participação de 44,95% em 2004, registrou também um desempenho negativo (-4,8%), em contraste com o ano anterior, quando foi o setor de destaque, com um crescimento de 6,4%. Essa queda foi resultado, principalmente, da redução de 4,5% na indústria de transformação, principal segmento do setor. Considerando-se os dados até outubro, a maioria das atividades apresentou taxas negativas, com destaque para máquinas e equipamentos (-19,2%), mobiliário (-11,1%), produtos químicos (-5,2%), fumo (-4,2%) e calçados e artigos de couro (-3,2%). Por outro lado, apenas três atividades tiveram desempenhos positivos: alimentos (2,8%), refino de petróleo e álcool (3,0%) e edição, impressão e reprodução de gravações (2,7%). Em relação aos demais setores industriais, estimam-se uma redução de 9,8% na construção civil e um aumento de 1,1% no segmento de eletricidade, luz e água.

Para o setor serviços, com uma participação de 39,12% em 2004, estima-se uma taxa de -0,5%, com destaque para os segmentos comércio (-2,5%) e transportes e armazenagem (-11,0%). O conjunto de demais serviços (aluguéis, intermediação financeira, alojamento e alimentação, comunicações, saúde e educação mercantis, serviços domésticos e outros serviços) registrou um acréscimo de 0,3%.

Taxas de crescimento, por períodos, do PIB do RS e do Brasil — 1985-05



Legenda: ■ RS ■ BR

FONTE: FEE.
IBGE.

NOTA: Os dados relativos a 2005 são preliminares.

Adalberto Maia Neto (FEE/CIE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 29.12.05).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.